

Sumário

Lista de Siglas	13
Apresentação.....	17
Prefácio	21
Introdução.....	27
Capítulo 1 — A Tecnologia, os Negócios e o Trabalho	31
1.1. A tecnologia e seu contexto	32
1.2. Internet e tecnologia da informação: sociedade da informação	38
1.3. As organizações empresariais e a nova economia	42
1.4. <i>Crowdsourcing</i> , economia colaborativa e <i>gig economy</i>	46
1.5. A economia de plataformas	60
1.5.1. Classificação das plataformas digitais em geral.....	62
1.6. Taxonomia das plataformas digitais de trabalho.....	66
1.7. Algumas plataformas digitais que operam no Brasil.....	70
1.7.1. Plataformas de serviço de transporte de passageiros.....	70
1.7.1.1. <i>Cabify</i>	70
1.7.1.2. <i>Uber</i>	71
1.7.1.3. <i>InDriver</i>	72
1.7.1.4. <i>BlaBlaCar</i>	73
1.7.2. Plataformas de aluguel: <i>Moobie</i> e <i>Airbnb</i>	74
1.7.3. Plataforma de entregas de comida: <i>Ifood</i>	75
1.7.4. Plataforma de serviços de entregas em geral: <i>Rappi</i> e <i>Lalamove</i>	76
1.7.5. Plataforma de microtarefas <i>on-line</i> : <i>Amazon mechanical Turk — AMT</i> ..	77
1.7.6. Plataformas de serviços criativos	78
1.7.6.1. <i>Workana</i>	78
1.7.6.2. <i>Vinte Conto</i>	79

1.7.6.3. <i>Vintepila</i>	80
1.7.6.4. <i>Fiverr</i>	80
1.7.6.5. <i>99freelas</i>	81
1.7.7. Plataforma de serviços de limpeza e montagem: <i>Crafty</i> — nova versão do <i>Diaríssima</i> e <i>Parafuzo</i>	81
1.7.8. Plataformas de prestação de serviços gerais: <i>GetNinjas</i>	82
1.7.9. Plataformas de ensino	83
1.7.9.1. <i>Superprof</i>	83
1.7.9.2. <i>Profes</i>	84
1.7.9.3. <i>Prof-e</i>	85
1.7.10. Plataformas de serviços médicos: <i>Docway</i> e <i>Doutor123</i>	85
1.7.11. Plataformas diversificadas	86
1.7.11.1. <i>Fretebrás</i>	87
1.7.11.2. <i>Dog Hero</i>	87
1.7.11.3. <i>Camera Prive</i>	88
Capítulo 2 — O Contexto, as Ambiguidades e o Dilema Regulatório do Trabalho Intermediado por Plataformas Digitais	90
2.1. O trabalho intermediado por plataformas digitais e as formas não tradicionais de emprego (NSE)	91
2.2. As ambiguidades do trabalho intermediado por plataformas digitais	98
2.3. O movimento rumo à proteção do trabalhador autônomo	102
2.4. Possibilidades regulatórias do trabalho sob demanda em plataformas digitais	107
2.4.1. Propostas regulatórias na perspectiva dos modelos legais existentes	108
2.4.1.1. Classificação do trabalhador como empregado	108
2.4.1.2. Classificação do trabalhador como autônomo.....	113
2.4.1.3. Classificação do trabalhador como autônomo dependente	117
2.4.1.3.1. Trabalhador parassubordinado — Itália	119
2.4.1.3.2. <i>Arbeitsnehmer ähnliche Personen</i> — Assemelhados ao empregado na Alemanha	128
2.4.1.3.3. Worker do Reino Unido.....	130
2.4.1.3.4. Trade da Espanha.....	133

2.4.1.3.5. Situações equiparadas em Portugal	144
2.4.1.4. Classificação dos trabalhadores como categoria intermediária.	147
2.4.1.5. Classificação do trabalhador como intermitente	151
2.4.1.6. O cooperativismo de plataforma.....	152
2.4.2. Propostas regulatórias com base em novas medidas legislativas específicas	156
2.4.2.1. A inserção de uma empresa interpresa entre o trabalhador e a plataforma digital — Quarteirização — Portugal.....	156
2.4.2.2. Um nível mínimo de proteção para os entregadores na Itália ..	158
2.4.2.3. A repercussão da Lei AB 5 da Califórnia	160
2.4.2.4. Lei dos Riders — Espanha.....	163
2.4.2.5. Projetos de Lei na América do Sul	164
2.4.2.6. Projetos de Lei no Brasil.....	166
2.4.2.6.1. Projeto de Lei n. 3.748/2020.....	167
2.4.2.6.2. Projeto de Lei n. 4.172/2020.....	170
2.4.2.6.3. Lei n. 14.297, de 6 de janeiro de 2022.....	172
2.4.3. Outras propostas regulatórias	176
Capítulo 3 — Proteção Jurídico-Laboral do Trabalhador sob Demanda em Plataformas Digitais.....	181
3.1. O sentido da proteção jurídica.....	181
3.2. O caminho a ser percorrido em direção à proteção jurídico-laboral	185
3.3. As reivindicações dos trabalhadores como ponto de partida para a proteção jurídico-laboral	197
3.4. Pilares legais existentes para o embasamento de uma proteção jurídico-laboral mínima	205
3.5. Estatuto mínimo dos trabalhadores sob demanda em plataformas digitais	214
3.5.1. Salário mínimo com periodicidade mensal.....	214
3.5.2. Limite de jornada e direito à desconexão	221
3.5.3. Direito à saúde e segurança no trabalho	231
3.5.4. Direito à informação e portabilidade de dados.....	238
3.5.5. Direito à livre associação e negociação coletiva	242
3.5.6. Direito à proteção previdenciária	250

Capítulo 4 — Considerações Finais.....	254
Referências.....	261
Doutrina.....	261
Legislação e jurisprudência.....	271
Sites eletrônicos.....	274

Este estudo teve como objetivo principal analisar a questão da proteção da privacidade dos consumidores no ambiente digital, com especial atenção ao tratamento de dados pessoais. A partir da análise da doutrina, legislação e jurisprudência, bem como das pesquisas realizadas em sites eletrônicos, pode-se concluir que a privacidade é um direito fundamental, que deve ser respeitado por todos os agentes envolvidos no processo de tratamento de dados. No entanto, é importante destacar que a proteção da privacidade não é uma tarefa simples, pois envolve questões complexas de natureza técnica, legal e ética. É necessário que os agentes envolvidos no tratamento de dados pessoais estejam sempre atentos às normas legais e éticas, e que adotem medidas adequadas para garantir a segurança e a integridade dos dados. Além disso, é fundamental que haja uma conscientização social sobre a importância da proteção da privacidade, para que todos possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e responsável.